

NOTÍCIAS ZECA DIRCEU

Minha Casa prevê R\$ 126 bilhões para 2ª fase

30/08/2011

E os investimentos continuam crescendo! Lançada pela presidente Dilma Rousseff no meio do ano, a segunda fase do programa Minha Casa Minha Vida prevê desembolsos de R\$ 126 bilhões até 2014. Assumindo que esse orçamento será igualitariamente distribuído durante o período de vigência, em 2011, está se falando de algo em torno de R\$ 32 bilhões, o equivalente a dois Bolsas Família.

Mas, diferentemente do que ocorre com a política de acumulação de reservas internacionais e com os repasses do Tesouro Nacional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Minha Casa recebe o apoio da maioria dos economistas – tanto ortodoxos quanto heterodoxos.

Eles argumentam que o País tem hoje um déficit habitacional estimado em quase 6 milhões de moradias. Segundo a Caixa Econômica Federal, são 5,8 milhões de casas, 83% delas na zona urbana e 17% na rural.

A maior parte desse déficit, evidentemente, concentra-se na população de baixa renda. Com isso, o sistema financeiro privado, hoje, provavelmente teria pouco interesse em financiar essas construções. “Nesse caso, a presença do Estado se justifica”, disse o professor de macroeconomia e finanças do Insper Marcelo Moura. O Insper é uma faculdade com sede em São Paulo conhecida por posições ortodoxas.

O professor da Faculdade de Economia e Administração (FEA) da USP Simão Silber considera “adequado” o Minha Casa Minha Vida. “Ter onde morar é uma segurança importante para o cidadão”, argumentou.

O economista e consultor Amir Khair, ex-secretário de Finanças do município de São Paulo, afirma que é melhor que as pessoas de baixa renda paguem a prestação da casa própria do que aluguel. “Tudo o que beneficia a base da pirâmide é positivo para a sociedade inteira”, disse.

Segundo a Caixa, foram contratadas aproximadamente 1,2 milhão de unidades por meio do Minha Casa Minha Vida. Cerca de 330 mil já foram entregues.

Há quatro faixas de renda. Para renda familiar até R\$ 1.600/mês, não são cobrados juros. De R\$

1.600 a R\$ 2.325, a taxa é de 5% ao ano. De R\$ 2.325 a R\$ 3.100, o juros chegam a 6%. Entre R\$ 3.100 e R\$ 5.000/mês, a taxa sobe para 8,16%. Em caso de uso do FGTS, há redução de 0,5 ponto porcentual.